

ANÁLISE DOS ENTRAVES ATUAIS QUE O CAMPO BRASILEIRO ENFRENTA

JOÃO SERENO LAMMEL¹

¹Associação Nacional de Defesa Vegetal (ANDEF).

Autor para correspondência: comunicação@andef.com.br.

(Reeditado com autorização)

O perigo ronda um dos setores mais dinâmicos da economia brasileira: o campo está exposto ao feroz ataque de novas pragas e doenças que, sem formas adequadas de controle, infestam lavouras nas mais importantes regiões, provocam danos severos à produção de alimentos, fibras e energias renováveis e elevados prejuízos aos agricultores. Ao mesmo tempo, agrava o fato de os órgãos federais encarregados da regulamentação da defesa fitossanitária carecerem de estrutura e coordenação para fazê-lo com celeridade e eficiência.

Nos últimos meses, a lagarta *Helicoverpa armigera*, até então desconhecida dos pesquisadores brasileiros, assombra pelo apetite voraz com que já devorou, apenas na safra deste ano, ao menos 1 bilhão de dólares das lavouras de soja e algodão do Mato Grosso e Bahia. Pesquisadores acompanham o rastro da praga e indicam que ela já se instalou em áreas do Paraná e franjas do Sudeste.

A nova praga se soma a outras de difícil controle, como a mosca branca, a broca do café e a ferrugem asiática - esta já tendo causado, nos últimos dez anos, de acordo com a Associação dos Produtores de Soja (Aprosoja), prejuízo superior a 25 bilhões de dólares. As perdas se alastram a lavouras de café e algodão, importantes itens de exportação, além de feijão e hortaliças, decisivos na economia interna ao impactarem o índice de inflação. Se olharmos para o futuro, o cenário é ainda mais sombrio.

De acordo com a Sociedade Brasileira de Defesa Agropecuária (SBDA), existem outras 150 pragas com potencial para invadir lavouras em algum ponto do Brasil. Pelo menos, quinze delas se encontram no nível de dano econômico

às lavouras - aquele que exige manejos e sistemas de controle fitossanitários. Os efeitos podem ser devastadores - às plantações e à economia do País.

O agronegócio foi responsável, nos últimos dez anos, por 27% do PIB nacional, de acordo com o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA). Em 2013, deve crescer 9%, frente aos módicos 2% da economia como um todo. Tais resultados se devem, em grande medida, à competência da pesquisa na geração de novas tecnologias adaptadas ao Brasil, a partir de investimentos vultosos de empresas públicas e privadas. O estágio de Estado da Arte em agricultura tropical tem propiciado a Revolução Verde brasileira.

Tecnologias como, por exemplo, novos ingredientes ativos de defensivos agrícolas, geraram produtos mais eficazes e seguros. O ganho de produtividade é atestado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO): as plantações comerciais não protegidas por modernas tecnologias perdem, em média, 40% de sua produção, podendo chegar a 100% em alguns casos.

Dessa forma, é preocupante verificar que, nos últimos anos, tem havido a vertiginosa redução na análise de novas tecnologias para a defesa das plantações. Em 2005, foram aprovados 27 princípios ativos; em 2006, reduziu para 25; nos anos seguintes o ritmo de aprovação caiu para 21, 11 e oito produtos, respectivamente. Em 2010, as aprovações reduziram drasticamente para três ativos novos; em 2011, apenas dois produtos. Nos dois últimos anos, o atestado de morosidade atingiu o fundo poço: em 2012, apenas e tão somente 1 ativo novo saiu dos escaninhos e, este ano, apesar do avanço de novas pragas, até agosto também apenas um produto foi aprovado.

Nesse ritmo, a aprovação de todos os produtos parados na fila de análise levará 11,7 anos segundo declaração recente da própria Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), um dos órgãos encarregados da regulamentação de defensivos agrícolas, ao lado do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e do Ministério da Agricultura e Pecuária e do Abastecimento (MAPA). Eis, portanto, parte da explicação para os enormes prejuízos provocados pelas pragas, que se mostram muito mais ágeis do que a burocracia e ineficiência.

São imprescindíveis e inadiáveis, portanto, um amplo trabalho preventivo; reforçar a segurança nas fronteiras e, principalmente, ampliar a infraestrutura

funcional dos órgãos vinculados aos três ministérios. A ampliação do corpo técnico deve ser acompanhada de medidas e sistemas que aperfeiçoem e agilizem a análise e aprovação de registro de novas tecnologias. A correção nos rumos do atual marco regulatório oferecerá um horizonte de maior previsibilidade às empresas para definirem seus planos de investimentos. E, sobretudo, trará confiança para trabalho dos agricultores - afinal, os principais responsáveis pela missão de colocar os alimentos em nossas mesas.